



RELATÓRIO DA REUNIÃO NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Data: **07/03/2017.**

Presentes: **SEGRT (José Borges, Wildemar Moura, Bijame Rigonato e Jane Mendonça; EMBRATUR (Wardineia Brasil e Elisa Okamura); CONDSEF (Josemilton Costa, Erilza Galvão, José Alves, Gerson Lima, Herclus Coelho, Carlos Abreu, Jussara Griffo, Jurandir Liberal, Pedro Armengol, Marizar de Melo e Sérgio Ronaldo)**

Pauta: **EMBRATUR, PECFAZ E PENDÊNCIAS DOS ACORDOS DE 2015.**

EMBRATUR

Referente à proposta do Presidente da EMBRATUR, Vinícius Lummertz, de transformar a EMBRATUR em Empresa Pública de caráter privado do sistema "S", o Ministério do Planejamento informou que essa proposta não passou pelo ministério. E que a área do governo que está debatendo essa mudança é a SEGES.

A direção da Condsef/Fenadsef e os representantes dos servidores da EMBRATUR apresentaram a posição contrária a esse modelo e solicitaram um espaço para debater essa questão.

O representante do Ministério do Planejamento assumiu o compromisso de buscar uma agenda com o Presidente da EMBRATUR, para passarmos a discutir um todo. Ficando de dar uma resposta em 10 (dez) dias.

PECFAZ

A Condsef/fenadsef cobrou do Planejamento a retomada das reuniões para o cumprimento do Termo de Acordo do PECFAZ (reestruturação da carreira, GQ, aglutinação de cargos etc.).

A resposta do representante do Planejamento foi de que o secretário ainda não tem uma definição do reinício das agendas de negociações.

A Condsef/Fenadsef solicitou que o Planejamento responda oficialmente os ofícios que enviamos sobre as questões que tratam dos servidores do PECFAZ. O Planejamento se comprometeu de apresentar uma resposta nos próximos dias.



PENDÊNCIAS DOS ACORDOS DE 2015

Os termos de acordos assinados entre a SRT e a Condsef, em 2015, existem várias cláusulas que ficaram de se retomar os debates, com a constituição de comitês entre as partes, no mês de março de 2017 (conforme ofício anexo).

E, sobre essa questão, os representantes do Ministério do Planejamento continuaram saindo pela tangente, tanto na questão da instalação dos comitês quanto no cumprimento das pendências dos acordos. E os argumentos apresentados estão baseados na limitação orçamentária por conta da aprovação da Emenda Constitucional Nº 95/2016, que congela os investimentos nas despesas com pessoal em 20 anos.

Na visão do governo, todos os acordos assinados estão prejudicados com a aprovação dessa emenda à Constituição.

A direção da Condsef/Fenadsef exigiu do governo uma resposta por escrito e afirmou que vamos continuar cobrando o cumprimento dos acordos.

Brasília-DF, 14 de março de 2017.


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF